

AUTORIDADE DOCENTE: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Gilberto Oliari  0000-0003-3102-8383
Dra. Elisete Medianeira Tomazetti  0000-0002-4979-7415
Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o conceito de autoridade na perspectiva arendtiana e, assim, abrir um campo reflexivo para pensar a autoridade docente. Busca-se apontar elementos teóricos e reflexivos sobre o conceito de autoridade em Hannah Arendt (2007) e os colocar em discussão com elementos pedagógicos, a fim de sustentar que a autoridade docente, reside na atividade de ensinar as gerações de recém-chegados ao mundo. Desse modo, destacamos os conceitos de durabilidade e permanência, que são os elementos que se desdobram da manutenção da tradição, para apontar a necessidade de manutenção do fio histórico condutor da humanidade. Faz-se uma crítica a concepção de que o professor é apenas um facilitador de aprendizagens, defendendo que este tem como responsabilidade apresentar como o mundo funciona para as gerações novas que chegam, desenvolvendo com os alunos conhecimentos necessários para preservação do mundo comum e para sua inserção neste. Apontamos que a autoridade se efetiva no reconhecimento do lugar do outro na relação que se estabelece e que o aluno tem algo a aprender do professor através dessa relação. Refletir e retomar o conceito de autoridade docente possibilita repensar as relações entre professor e aluno a fim de superar tensionamentos e retomar um caminho de ensino como aspecto fundamental do processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Prática Escolar; Autoridade.

TEACHING AUTHORITY: SOME REFLECTIONS BASED ON HANNAH ARENDT

ABSTRACT: This article's objective is about reflexion on the concept of authority in the Arendt perspective and, therefore, and bring a reflective field to think about teachers authority. It seeks to point theoretical and reflexive elements about the concept for authority on Hanna Arendt (2007) and question them in discussion with educational elements, in order to show that the teachers authority is the activity of teaching new generations. This way, we highlight the concepts of durability and permanence, which are the elements that break up from the tradition maintenance, to point the necessity of the maintenance of the historical guide line of humanity. It is made a critic of the idea that the teacher is only a learning facilitator, arguing that the teacher has the responsibility of presenting how the world. Works for new, developing with the students the needed knowledge to preserve the common world and they insertion in it. We point that the authority becomes effective in the recognition of others place in the established in which the student has something to learn from the teacher through this. Reflecting and retake new meaning to the concept of teacher authority allows us to rethink the relations between teacher and student with the objective of surpassing and retaking a educational path as the main aspect of the educational process.

KEYWORDS: Education; School practice; Authority.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Escrever sobre autoridade docente pode parecer um tanto estranho diante do contexto atual de crise política, educacional e pedagógica. Um dos elementos que possibilita entender esse processo de crise é o surgimento de uma nova linguagem na educação; é a linguagem da aprendizagem. Nesse processo, segundo Biesta (2013) os alunos tornaram-se aprendentes e os professores facilitadores de aprendizagem. Uma lógica de transação econômica passou a reger o processo educativo onde “o aprendente é o (potencial) consumidor, [...] o professor, o educador, ou a instituição educacional são vistos como provedor, isto é, aqueles que existem para satisfazer as necessidades do aprendente” (BIESTA, 2013, p. 37). Pensar o aluno como consumidor, demanda admitir que ele sabe quais são as suas necessidades e o que deseja. Nesse contexto, veta-se o conceito de autoridade docente no processo educativo.

Essa transformação que é, não só, pedagógica tem gerado uma crise que pode ser acompanhada pelo desrespeito a hierarquias institucionais. Esse movimento de crise “empurrou o magistério atual em direção à dissolução de praticamente todos os tipos de hierarquia antes intensamente reverenciados” (PEREIRA; PAULINO; FRANCO, 2011, p. 28). Essa dissolução acontece devido às inúmeras disputas de forças (culturais, religiosas, econômicas, familiares) que acontecem dentro e fora da escola. Os professores, nesse contexto, não sabem ao certo como proceder pedagogicamente diante das diversas situações de questionamento e de desrespeito da autoridade.

Por isso é importante nos questionarmos: em que medida se pode tratar/escrever sobre autoridade docente na contemporaneidade? A manutenção da autoridade docente é necessária? Para quê? Tendo esses questionamentos como referência é possível traçarmos uma linha de reflexão a fim de retomarmos



esse conceito em nosso tempo. Se atentarmos-nos para as questões de autoridade no contexto pedagógico podemos nos perguntar: quais elementos possibilitam compreender a autoridade na docência? Em que medida se pode ressignificar a autoridade docente na contemporaneidade? Essas são algumas questões que guiam a construção textual desse artigo.

Retomar o conceito de autoridade docente, não significa tratar a educação como um processo autoritário onde “diante das determinações superiores, ninguém duvida, ninguém discute, ninguém diverge” (FLEURI, 1994, p. 54); pelo contrário, significa pensar que a retomada da autoridade docente de ensinar tem um papel importante na preservação da noção de “comum” que une a humanidade. Retomar o conceito de autoridade possibilita pensar que o professor tem algo a ensinar aos alunos; que o professor, pelo seu conhecimento pode contribuir com o aluno para que ele encontre o seu lugar no mundo utilizando-se dos conhecimentos.

Nosso objetivo é, pois, refletir sobre o conceito de autoridade na perspectiva arendtiana e, assim, abrir um campo reflexivo para pensar a autoridade docente. Busca-se apontar elementos teóricos e reflexivos sobre o conceito de autoridade em Arendt (2007) e os colocar em discussão com elementos pedagógicos, a fim de sustentar que a autoridade docente, reside na atividade de ensinar heranças simbólicas, realizações materiais de um mundo comum e público as gerações de recém-chegados ao mundo.

Desse modo, direcionamos nossa reflexão sobre a atividade de ensinar, buscando aí uma argumentação que possa contribuir com a retomada do conceito de autoridade do professor. Nesse sentido, fazemos um recorte teórico da argumentação arendtiana sobre autoridade, no âmbito pré-político, no qual se encontra a educação. Remontamos as reflexões da pensadora sobre as bases platônicas e aristotélicas, que são os pilares de sustentação de seu pensamento.



Como possibilidade de corroboração de suas ideias trazemos para a interlocução Masschelein e Simons (2017) e Biesta (2017), pensadores contemporâneos que em algumas ideias coadunam com as proposições arendtianas. Esses autores trilham um caminho reflexivo de retomada dos modos de compreender o processo educacional e a escola como instituição onde os jovens são abastecidos com tudo o que precisam para viver no mundo, contrariando discursos de condenação e de domesticação da escola, bem como de abandono dos estudantes às aprendizagens espontâneas. Desse modo, é possível perceber que existem formas de compreender a autoridade docente de modo contemporâneo e, desta forma reafirmar a responsabilidade docente pelo ensino.

O texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira, a perspectiva arendtiana de autoridade, fazemos uma retomada de alguns elementos sobre autoridade em Hannah Arendt (2007), destacando os conceitos de durabilidade e de permanência, que estão ligados ao papel da autoridade nas relações que se estabelecem, sejam políticas, pré-políticas ou sociais, reafirmando o papel que o ensino assume na manutenção do mundo. Na segunda parte do texto, sobre autoridade docente, apresentamos a autoridade do professor como aquela que se estabelece na relação pedagógica, dentro da escola, onde o professor tem a responsabilidade de ensinar ao recém-chegado como o mundo funciona. Acreditamos que essa relação, é permeada por uma responsabilidade pelo mundo comum, que legitima sua autoridade.

2 A PERSPECTIVA ARENDTIANA DE AUTORIDADE

Hannah Arendt é uma pensadora que busca compreender o mundo no qual se encontrava inserida. Em seu contexto – judia, refugiada nos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial, preocupada com a política e as



diferentes crises desse período – sua percepção a leva acreditar que há um cenário de crise social, política, cultural e educacional que tem profundas raízes no processo de quebra das tradições. Um dos elementos provocador da crise é a desestabilização das relações de autoridade, que segundo ela “é política em sua origem e natureza” (ARENDRT, 2007, p. 128) e se espalha para outros âmbitos da sociedade. Por isso é necessário entender o conceito de autoridade no campo pré-político/social, do qual faz parte a educação.

Religião, tradição e autoridade compõem a tríade na qual Arendt (2007) sustenta sua argumentação acerca do rompimento com o passado, que produz a perda do fio histórico de desenvolvimento que guiou a humanidade ao longo dos séculos. Ao romper com o passado, rompem-se, também, as bases que sustentavam a autoridade.

A autoridade, assentando-se sobre um alicerce no passado como sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam precisamente por serem mortais – os mais instáveis e fúteis seres de que temos conhecimento. Sua perda é equivalente à perda do fundamento do mundo, que, com efeito, começou desde então a mudar, a se modificar e transformar com rapidez sempre crescente de uma forma para outra, como se estivéssemos vivendo e lutando contra um universo proteico, onde todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer coisa (ARENDRT, 2007, p. 131 – 132).

Permanência e durabilidade são dois conceitos que trataremos de analisar a partir de agora. A permanência está ligada a continuidade do processo histórico, pois cada geração nova, ao chegar no mundo encontra um conjunto de elementos, instituições, valores, conhecimentos, que podem ser ressignificados, mas precisam também permanecer, pois fazem parte dos elementos que dão sentido à humanidade. E durabilidade refere-se ao processo de estabilidade do mundo e dos valores. Segundo o pensamento arendtiano, é isso que permite reconhecer o valor das coisas e das ações no mundo. Desse modo, com a perda



do sentido da autoridade pode-se perder também o fio histórico condutor da humanidade, o que levaria uma dispersão do sentido e significado das pessoas e dos elementos do mundo.

Há um elemento que nos permite refletir mais claramente sobre a questão da crise de tradição no mundo: a crise da autoridade docente. De acordo com Gert Biesta (2017, p. 1) existe um processo de desaparecimento o ensino e o conseqüente desaparecimento do mestre; desaparecimento que estaria ligado a forma como se compreende e se legitima a autoridade docente.

O desaparecimento do ensino e do professor não é um acontecimento no sentido prático, afinal todos os dias milhares de alunos e professores estão nas escolas desenvolvendo suas atividades pedagógicas; todavia, o que está desaparecendo é “uma certa maneira de compreender o ensino e o mestre, compreensão dentro da qual está o reconhecimento de que os mestres estão aí para ensinar” (BIESTA, 2017, p. 1). Nesse sentido, o autor questiona o papel do professor como facilitador do conhecimento e buscar defender o papel de ensinante que o professor possui, no qual reside a legitimação de sua autoridade. Pode-se dizer que sem sua autoridade de ensinar, há o risco de extraviar-se o sentido e significado das coisas do mundo, corre-se o risco de perder-se o fio histórico condutor da humanidade.

No pensamento político arendtiano há uma distinção argumentativa entre os liberais, que defendem a total liberdade da humanidade e os conservadores, que defendem a autoridade na direção das ações humanas. Segundo a pensadora, “isso faz com que passem por alto a diferença de princípio entre a restrição da liberdade em regimes autoritários, a abolição da liberdade política em tiranias e ditaduras, a total eliminação da própria espontaneidade” (ARENDRT, 2007, p. 133). Os liberais acreditam que todo o poder corrompe a constância do progresso, sem perceber que no pensamento dos conservadores a restrição da



liberdade permanece ligada aos direitos civis, as leis, que limitam as ações dos governantes.

Desse modo poderíamos afirmar que entre os liberais há a noção de que os processos, sejam educativos ou políticos, devem acontecer em total liberdade, podendo, por exemplo, o aluno buscar livremente a sua aprendizagem; já os conservadores buscam, de alguma forma, conduzir seus processos com restrições à liberdade, a fim de manter/preservar o fio histórico condutor da humanidade. O pensamento da autora pode ser considerado conservador, tendo em vista que “Arendt escreveu diversas vezes sobre educação e autoridade, sempre assumindo uma posição que qualificaríamos de ‘conservadora’ face ao que ela chamava, não sem ironia de ‘educação progressista’” (OLIVEIRA, 2012, p. 107).

Por isso, a perspectiva de autoridade docente a ser pensada ao longo do texto, refere-se a autoridade de ensinar e não de controlar os alunos de modo que os professores não devem aspirar ter um controle total dos seus alunos, devem sempre perceber que eles são sujeitos humanos de plenos direitos (BIESTA, 2017, p. 8). Tais direitos referem-se ao conjunto de conhecimentos necessários para a inserção do aluno no mundo comum. Há tempo atrás e, talvez hoje ainda, seria um absurdo renunciar a liberdade e a autonomia individual de aprendizagem e “obedecer” outra pessoa, no entanto é necessário repensar tais conceitos, em especial de autoridade, para que se possa dizer que existe a necessidade de perceber o fio histórico/tradicional da humanidade e, a partir deste fio, aprendido do professor, buscar a inserção no mundo comum.

O que Gert Biesta faz, a partir do texto *Devolver le enseñaza a la educación* (2017) é defender que “o eixo da educação não é só que os jovens ou os estudantes aprendam algo mas, que aprendam *algo*, que aprendam para um propósito particular e que aprendam de alguém” (BIESTA, 2017, p. 2). Nesse sentido, ele propõe uma reflexão que afirme um lugar para o professor e para o



ensino nos esforços educativos atuais: o lugar do ensino do mestre. Sendo assim, podemos apresentar algumas questões pertinentes para pensarmos a autoridade docente: quem ensina quem na relação de autoridade? O que legitima alguém a ensinar algo? Como acontece o reconhecimento da autoridade do outro?

A reflexão arendtiana sobre autoridade, presente a obra *Entre passado e futuro* (2007), realiza uma investigação sobre o conceito de autoridade do ponto de vista de sua semântica histórica, pois, “o próprio termo tornou-se enevoado por controvérsia e confusão” (ARENDDT, 2007, p. 127). Nesse sentido a pensadora considera que “as experiências sobre as quais se baseia esse conceito (autoridade) não se acham necessariamente presentes em todos os organismos políticos. A palavra e o conceito são de origem romana” (ARENDDT, 2007, p. 142). Essa afirmação embasa-se no argumento de que nem a língua grega e nem as experiências políticas da antiguidade grega mostram qualquer tipo de governo com autoridade. No entanto, admite-se que para entender a tradição política romana, há que se entender as características da filosofia política grega, ou seja, investigar a política em Platão e Aristóteles.

As primeiras considerações sobre a filosofia política grega de Arendt (2007), foram feitas a partir de Platão. Um conceito que ganha peso em discussões sobre autoridade, a partir do contexto histórico desse pensador, é o de liberdade, pois “a autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (ARENDDT, 2007, p. 144). E Platão, apontado por Arendt, esperava ter encontrado uma legitimidade que não ferisse a liberdade, ao outorgar “as leis a qualidade que faria delas governantes inquestionáveis de todo o domínio político. Os homens poderiam pelo menos ter a ilusão de serem livres por não dependerem de outros homens” (ARENDDT, 2007, p. 144). para compreender melhor o pensamento platônica, Arendt (2007) debruça-se sobre a ideia de rei-filósofo apresentada na obra *República* de Platão e, a partir dessa ideia explicita sua busca conceitual.



A ideia do rei-filósofo de Platão considera a possibilidade de estabelecer a razão como governante no âmbito da política, visto que o filósofo é alguém que está sempre em busca da verdade. Esta verdade torna-se a legitimadora da autoridade, pois “embora não necessite de nenhuma violência para ser eficaz, é a mais forte que a persuasão e a discussão” (ARENDR, 2007, p. 147). Entra em cena a ideia que o conhecimento especializado, a verdade, infunde confiança, portanto aqueles que não conhecem a verdade, devem confiar e legitimar a autoridade do outro. Há que se ter a compreensão que o poder não repousa em uma pessoa ou na desigualdade entre pessoas ou conhecedor e não conhecedor, “mas nas ideias que são percebidas pelo filósofo” (ARENDR, 2007, p. 149). A autoridade, portanto, pode consistir em ensinar a verdade aos que não a conhecem, pois o conhecimento advindo das ideias infunde confiança naquele a quem devem obedecer a autoridade.

Para que o filósofo torne-se um governante “deve tomar sua verdade e transformá-la em um conjunto de regras, transformação está em virtude da qual poderá então pretender tornar-se um verdadeiro governante” (ARENDR, 2007, p. 155). Nesse sentido, a verdade estabelece um domínio e torna-se regra para todos os governados seguirem. Essa verdade, que se torna regra, deve ser contextual; estar nos limites do contexto na qual elas são aplicadas, pois as regras possuem validade na “mesma esfera dos assuntos que o filósofo tivera que abandonar para percebê-la” (ARENDR, 2007, p. 155). Este abandono do contexto para perceber as ideias está ligado a Alegoria da Caverna de Platão, na qual um dos prisioneiros liberta-se dos grilhões que o aprisionavam, sai da caverna, conhece o mundo e volta e ensina a verdade do mundo aos que permaneceram na caverna.

A autoridade que a razão pode estabelecer acontece em um âmbito pré-político, pois “somente a minoria se sujeita a ela, de modo que surge o problema de assegurar com que a maioria, o povo, possa ser submetido a mesma verdade” (ARENDR, 2007, p. 147). Esse era um dos empecilhos para legitimar a autoridade



platônica, pois dificilmente a verdade atinge todas as pessoas. Além disso, Platão, nas palavras de Arendt, “foi guiado originalmente por um grande número de modelos baseados em relações existentes, tais como a relação entre o pastor e suas ovelhas, o timoneiro de um barco e seus passageiros” (ARENDDT, 2007, p. 148), exemplos esses que são retirados da esfera privada da vida e assentam sua argumentação em uma desigualdade natural, na qual “o governo poderia se exercer sem a tomada do poder e a posse dos meios de violência” (ARENDDT, 2007, p. 148).

A argumentação arendtiana, a partir de reflexões platônicas, parece estar ligada à noção de que o conhecimento, a verdade, é o que legitima a autoridade, pois quem não conhece a verdade deve confiar naquele que conhece, e passa a respeitar e obedecer não a pessoa, mas a verdade que ela possui.

Aristóteles é o segundo pensador grego invocado por Arendt para apresentar outra perspectiva de legitimação da autoridade; esse pensador estabelece uma natureza política para o homem, o *bíos politikós*. Seguindo uma lógica natural, Aristóteles estabelece uma diferenciação entre os mais jovens e os mais velhos, distinguindo aí uns a serem governados e outros a governarem, onde a legitimação da autoridade estaria na diferença etária entre gerações. Uma das questões bastante difundida é que Aristóteles “extraiu exemplos e modelos apenas de uma esfera pré-política do âmbito privado do lar e das experiências de uma economia escravista” (ARENDDT, 2007, p. 159-160) e isso produziu, em seus princípios, segundo Arendt, argumentações notadamente contraditórias, visto que propõe modelos, que são domésticos, para a vida pública na *pólis*.

O que Aristóteles faz, ao afirmar uma ordem natural para legitimar a autoridade “é, em sua essência, educacional, e nessa educação nada mais é implicado a não ser o treino dos futuros governantes pelos governantes atuais” (ARENDDT, 2007, p. 160), destacando nesse sentido um exemplo pré-político para afirmar sua argumentação sobre autoridade no âmbito político propriamente



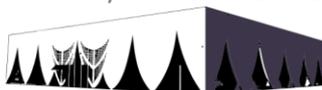
dito. Argumentação essa que é questionável, pois o âmbito político desenvolve-se unicamente com adultos que já saíram do processo educacional e “o direito de participar da condução dos negócios públicos, começa precisamente onde termina a educação” (ARENDRT, 2007, p. 160). Assim, para Arendt, que reflete agora sobre Aristóteles, o exemplo educacional é frágil para fundamentar a autoridade de modo amplo na política.

Apesar disso, Arendt considera:

O exemplo de Aristóteles é todavia de grande importância, dado que é fato ser a necessidade de “autoridade” mais plausível e evidente na criação e educação de crianças do que qualquer outra parte. Eis por que é tão característico de nossa era querer erradicar até mesmo essa extremamente limitada e politicamente irrelevante forma de autoridade (ARENDRT, 2007, p. 160 – 161).

A pensadora reconhece o exercício da autoridade como uma atividade educacional, destacando-a como um dos elementos de relevância para o preparo de crianças para vida pública ou política. Ou seja, a autoridade daquele que está à frente do processo de ensino aprendizagem é o que possibilitará que os mais jovens aprendam e compreendam como o mundo funciona e possam pensar aonde e como vão se inserir. Dado a importância desse aspecto no processo educacional, Arendt chama atenção para as pretensões liberais de erradicar a autoridade na educação.

Podemos dizer que a reflexão arendtiana sobre autoridade, embasada nos pensadores gregos, aponta duas fontes de legitimação da autoridade: a verdade (rei-filósofo) e a natureza (*biós politikós*). Ambos apontam para a forma de governar as relações que se estabelecem em âmbitos pré-políticos, onde se encontra a educação. A perda dessas fontes de legitimação pode acarretar na descontinuidade do fio histórico, condutor da humanidade, que é necessário para a durabilidade dos valores e das instituições humanas. As duas correntes



de investigação de Hannah Arendt nos levam a perceber que a legitimidade da autoridade, no campo pré-político, pode ser embasada no conhecimento seja do rei-filósofo, que busca conhecer a verdade, seja do mais velho que ensina o mais novo (natureza). Em ambas as formas, a autoridade legitima-se no ato de “ensinar” aqueles que não conhecem a verdade, ou ensinar como funciona o mundo para os recém-chegados.

3 SOBRE A AUTORIDADE DOCENTE

A autoridade docente é aquela que se estabelece na escola, o qual “é o primeiro lugar fora de casa em que ela estabelece contato com o mundo público que a rodeia e à sua família. Esse mundo público não é político, mas social” (ARENDR, 2004, p. 280). Sendo um mundo social, de acordo com Arendt, a escola pode ser constituída de maneira híbrida, ao passo que do mesmo modo que os governos podem interferir na escola, as famílias também podem. Além disso, há um conjunto de elementos que são próprios do escolar, que constituem o pedagógica dessa esfera, o qual é o recorte nesse texto.

É necessário compreender que a autoridade se concretiza em uma relação “constituída de polaridades complementares, sendo que um toma o lugar de agente da ação (pai, administrador público, professor) e o outro é o alvo desta ação (filho, cidadão, aluno)” (OURIQUE; TOMAZETTI, 2005, p. 92). No caso deste texto o foco é sobre a relação entre professor e aluno, que acontece na escola. Diante disso, vale salientar que “é imprescindível que todos os envolvidos nesta relação reconheçam o lugar ocupado por aquela autoridade, legitimando-a ao enxergar seus méritos” (OURIQUE; TOMAZETTI, 2005, p. 92). Nesse sentido, a autoridade está muito mais relacionada ao modo como se reconhece o lugar do outro na relação estabelecida.



Pode-se afirmar que no exercício da autoridade docente se estabelece um relacionamento que “é precisamente a mestria e o engajamento interessado e inspirado por parte do professor magistral que lhe permite inspirar e envolver os alunos” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 80). Um relacionamento que se desenvolve nas atividades de ensino e aprendizagem. Pois “na escola, o objetivo é focar em algo de perto e em detalhe, se empenhar em algo e trabalhar arduamente nisso” (idem, p. 91). O envolvimento do professor, e a construção e legitimação de sua autoridade através do ensino é fundamental.

Ensinar pode ser a tarefa que legitima a autoridade docente na relação entre professor e aluno. Segundo Arendt (2007) “a qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros a cerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por esse mundo” (p. 239); desse modo, ensinar pode adquirir o estatuto de preservar o mundo, o que pode ser uma demonstração da responsabilidade que o professor assume. Sendo assim o reconhecimento dos conhecimentos como uma herança humana e sua transmissão aos recém-chegados dão legitimidade a autoridade do professor.

É válido considerar que “o ensino não consiste na repetição de que já está aí mas em trazer algo novo - [...] algo radicalmente novo – ao cenário” (BIESTA, 2017, p. 8). A perspectiva de ensino que defendemos se consolida através da condução do aluno pelo mundo do conhecimento, permitindo que o mesmo visualize possibilidades de inserção. Essa perspectiva está muito além da ideia de que o professor detém o controle sobre os alunos, que devem, então, memorizar aquilo que o professor está transmitindo. Ao contrário, emerge a noção que o professor tem a responsabilidade da continuação da civilização, do mundo comum.

Considerando essa ideia, apresentamos a autoridade como uma necessidade para a manutenção do mundo comum (ARENDRT, 2007). A autora defende tal posição de autoridade por entender que “a continuidade de uma civilização



estabelecida somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido, no qual nasceram como estrangeiros” (ARENDR, 2007, p. 128). Para que essa continuidade se efetive, há duas esferas: a educação familiar/particular; a educação escolar/pública. Cada uma delas, à sua ordem, tem uma participação na educação dos recém-chegados. Considerando que há necessidade de guiar os que chegam ao mundo, existe o papel do guia, aquele que é responsável por esse processo, o que no caso de nossa reflexão referir-se a escola, podemos dizer que é o professor.

Para que o professor assuma sua responsabilidade, é necessário que ele exerça sua autoridade sobre os jovens, autoridade, que no ponto de vista de Arendt não é “a utilização de meios externos de coerção” (ARENDR, 2007, p. 129) e também não é o exercício de persuasão através da argumentação, o que colocaria professor e aluno em pé de igualdade. O que a pensadora defende é que a autoridade provém da “própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado” (ARENDR, 2007, p. 129). Novamente reconhecer a autoridade é reconhecer o lugar do outro na relação de ensino e de aprendizagem.

Nesse processo pedagógico é importante conservar os conhecimentos do mundo para poder transformá-los, sendo que “a tarefa da educação é garantir que o mundo fale com os jovens” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 98). No ato de garantir essa fala do mundo, há o exercício da disciplina que pode ser entendido como a prática de diálogo entre a tradição de conhecimentos construídos ao longo da história, com a possibilidade de novidades potencializadas pelos jovens alunos. Esse processo acontece no tempo de aula, que deve ser entendido como “um tempo para prestar atenção ao mundo, para respeitar, para estar presente, para encontrar, para aprender e para descobrir”



(idem, p. 98). Essas são as condições que o professor vai construindo no seu cotidiano para que sua tarefa de ensinar possa ser consolidada.

A compreensão de autoridade deve ser tomada como o resultado de uma relação social baseada na confiança, na qual o aluno deposita certa credibilidade no professor. A autoridade advém de um consentimento – aquele que segue a autoridade o faz livremente, sem uso da força. Geralmente a autoridade se exerce porque, como alunos, “confiamos a capacidade de nos guiar naquilo cuja compreensão nos escapa, de nos orientar naquilo que (ainda?) não dominamos, de nos aconselhar em face de dilemas para os quais não vislumbramos saída” (CARVALHO, 2015, p. 59).

Essa argumentação retoma a ideia arendtiana de que as crianças e jovens não conhecem o mundo, ou não tem familiaridade com o mundo que habitam e, por isso, “deve-se introduzi-la aos poucos a ele” (ARENDT, 2007, p. 239). Desse modo, conforme as etapas de desenvolvimento dos alunos, os professores vão disponibilizando acesso aos diferentes conhecimentos e saberes desse mundo, velho em relação aos recém-chegados. Essa introdução deve ser feita com cuidado, pois “na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue com fruição em relação ao mundo como ele é” (ARENDT, 2007, p. 239). Dessa forma, apresentar o mundo através da educação, é permitir que os alunos entendam, compreendam e se apropriem do seu funcionamento. O professor que exerce sua autoridade é aquele que através de seu modo de conduzir a aula e, de ensinar inspira referência em seus alunos.

Exercer essa autoridade pode referir-se a criação ou a adoção de um conjunto de regras que “servem para tornar possível apresentar o mundo de maneira atraente: tentam focalizar a atenção, minimizar a distração e manter (ou, evitar, quando necessário) o silêncio” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 64). Os autores Masschelein e Simons (2017) defendem a disciplina como uma tecnologia escolar, que é utilizada para tornar possível a aprendizagem, “mais



especificamente, é uma técnica que permite o próprio ‘ser capaz’ ou que faz a experiência do ‘posso fazer isso/sou capaz’ ser possível” (idem, p. 65). A disciplina nesse sentido é utilizada “a fim de permitir que o homem exerça influência sobre si mesmo, modele a si mesmo e adquira sua própria forma” (idem, 65-66).

Esse processo de ensino e aprendizagem acontece em um lugar, na escola. Nesse sentido vale destacar que a escola é “especial e diferente de muitos outros espaços e lugares” (BIESTA, 2017, p. 9), pois é na escola que o mundo é apresentado de modo fluente para os jovens. Na contemporaneidade existem muitos espaços de aprendizagem, e os sítios de internet são exemplos claros. Não queremos desmerecer esses espaços, o que queremos chamar atenção é que na escola há um sujeito preparado – o professor, para desenvolver o ensino de modo que os jovens possam conhecer minimamente o fio condutor da humanidade.

O professor age em nome da escola, aquela instituição que lhe conferiu autoridade, por isso “age em nome de crenças, princípios e práticas que se inscrevem num tempo e num espaço comum a uma coletividade” (CARVALHO, 2015, p. 59). O exercício da autoridade é complexo, pois basta olhar para a gama de relações: professor X aluno X direção X funcionários, que se estabelecem na escola para constatar isso. Da mesma forma que é atribuída autoridade ao professor, por uma instituição, “se espera daquele a quem se credita autoridade o respeito exemplar às regras e aos princípios em nome dos quais ele age e fala” (CARVALHO, 2015, p. 59).

A escola pode ser compreendida como a instituição na qual, por excelência, se estabelece o processo de apresentação do mundo às futuras gerações; é aonde um adulto, o professor, conduz os recém-chegados para este mundo. Como instituição, a escola possui um conjunto de elementos que organizam essa tarefa; tais elementos tornam-se regras a serem seguidas por aqueles que a



frequentam. Seguir essas regras, de certo modo, é reconhecer a autoridade institucional e, também, receber da instituição a legitimidade para exercer sua autoridade sobre os jovens. Vale salientar que essas regras podem e, devem ser construídas pelo professor; sua autoridade legitima-se, de igual modo, na observância dessas regras, que lhe permitem desenvolver seu trabalho da melhor forma.

Por isso, atitudes como “encorajar, envolver ou convidar o aluno para participar na tarefa que está à mão – em suma, criar interesse – e isso a partir de uma posição incorporada” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 136) são próprias do professor que exercita sua autoridade e busca estabelecer critérios em seus trabalhos. Desse modo, é possível que os recém-chegados ao mundo “percebam que não apenas têm que se iniciar no mundo, mas também que são capazes de começar” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 99). Assim o ensino ultrapassa mera memorização de conteúdos e, percebem que podem, a partir dos conhecimentos recebidos, repensarem-se e inserir no mundo algo completamente novo.

Segundo Carvalho (2015), a autoridade é representativa e pessoal: representativa por que se fundamenta em uma coletividade, no mundo, que não é completamente inteligível sem instrução, nesse caso é transcendente ao educador. Por outro lado a autoridade é pessoal, pois é através da presença imanente que encarna a autoridade e através de sua voz, a instrução, que o mundo é apresentado aos recém-chegados. Por conseguinte, “reconhecer alguém como autoridade implica tê-lo como um exemplo ou referência por acreditar que ele saiba mais, possa mais ou tenha mais experiência no trato com esse mundo, com suas linguagens e práticas” (CARVALHO, 2015, p. 60).

Essa ressignificação do conceito de autoridade está intimamente ligada com a forma como concebemos o processo educacional. A tarefa do professor é disponibilizar os conhecimentos do mundo para os recém-chegados e deixar que



esses conhecimentos falem com as crianças e jovens. Nesse sentido “exercer essa autoridade faz com que as coisas digam algo para nós, faz com que nos atraiam” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 98). Portanto, ensinar significa atrair e despertar atenção para que as matérias sejam importantes em si e por si mesmas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por retomar o conceito de autoridade nas relações que se estabelecem entre professor e aluno não tem por objetivo salvar e recuperar um tradicionalismo educacional. Pelo contrário, nessas reflexões construídas ao longo do artigo tivemos a intenção de resgatar um conceito tradicional a fim de repensar e ressignificar alguns aspectos da autoridade docente para nosso tempo. Talvez o aspecto mais pertinente seja o de que o professor tem uma posição, ocupa o lugar de quem tem algo a dizer para os alunos; tem algo a ensinar.

Quando o professor é retirado de sua posição, ou nega-se essa posição a ele, corre-se o risco de que a humanidade perca seu fio histórico condutor. De outro modo, se o professor não ensina o valor do ser humano e o significado das coisas pode extraviar-se, podendo acarretar em sérios prejuízos para a humanidade. Isso por que ao conduzir as gerações de recém-chegados ao mundo o professor assume uma responsabilidade pelo mundo, responsabilidade que se desdobra em durabilidade e permanência do mundo.

A legitimidade dessa autoridade pode provir de várias fontes: da verdade (Platão); da lógica natural (Aristóteles); ou, da própria hierarquia. O que vale destacar é que os diferentes sujeitos precisam reconhecer o lugar do outro na relação e que, portanto, cabe ao professor envolver o aluno no processo de ensino e cabe ao aluno perceber que tem algo a aprender nessa relação, com esse



sujeito. Desse modo, que ressignificar o conceito de autoridade possibilita repensar as relações entre professor e aluno a fim de superar tensionamentos e retomar um caminho de ensino como aspecto fundamental do processo educacional.

REFERÊNCIA

ARENDDT, H. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

BIESTA, G. Devolver la enseñanza a la educación. Una respuesta a la desaparición del maestro. **Pedagogía Y Saberes**, n. 44, p. 119-129, 2017.

CARVALHO, J. S. F. de. **Educação: uma herança sem testamento**. Dissertação (Tese de livre docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 115. 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-04032015-143155/pt-br.php>. Acesso em: 29/12/2017.

FLEURI, R. M. **Educar para quê?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica. São Paulo: Cortez, 1994. 7ª edição.

MASSCHLEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 2ª edição.

OLIVEIRA, L. **10 lições sobre Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OURIQUE, M. L. H.; TOMAZETTI, E. M. A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder. **Revista do Centro de Educação** – UFSM, Santa Maria, v. 30, n. 1, jan. - jun, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3778/2166>. Acesso em: 29/12/2017.



PEREIRA, M. R.; PAULINO, B. O.; FRANCO, R. B. **Acabou a autoridade: professor, subjetividade e sintoma.** Belo Horizonte: Fino Traço/Fapemig, 2017.

Recebido em: 13-05-2019

Aceito em: 05-09-2022

